



# Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 15º Andar - Parte - Bloco D - Alphaville Industrial - Barueri - SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, do Banco Bradescard S.A. (Bradescard ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradescard atua no mercado de serviços financeiros, com destaque no crédito ao consumo por meio da emissão e gestão de cartões de crédito *private label*, cartões de crédito das bandeiras MasterCard, Elo e Visa, e produtos de crédito pessoal.

A segmentação de mercado reúne clientes de um mesmo perfil, com foco na qualidade do relacionamento, o que possibilita atendimento diferenciado e ganhos crescentes de produtividade e rapidez, produzindo, ainda, maior flexibilidade e competitividade na execução da estratégia de negócios, dimensionando as operações, em termos de qualidade e especialização.

Integrante das empresas da Organização Bradesco, o Bradescard, no segmento de cartões, fortalece o financiamento do consumo por meio de diversas parcerias com redes de varejo.

No exercício 2021, o Bradescard registrou Lucro Líquido de R\$ 395 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 5.529 milhões e Ativos Totais de R\$ 14.318 milhões.

A Instituição possui participação societária na empresa Imagra Imobiliária Agrícola Ltda. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Barueri, SP, 08 de fevereiro de 2022.

Diretoria

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
<b>Disponibilidades</b> .....	<b>4</b>	<b>3.065</b>	<b>3.738</b>	<b>Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros</b> .....		<b>3.288.528</b>	<b>3.274.141</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b> .....		<b>12.287.597</b>	<b>11.348.732</b>	- Recursos de Clientes .....	13a	2.276	5.239
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez .....	5a	2.642.854	2.047.508	- Outros Passivos Financeiros.....	13c	3.286.252	3.268.902
- Títulos e Valores Mobiliários .....	6	11	11	<b>Provisões</b> .....	<b>14</b>	<b>1.487.024</b>	<b>1.480.339</b>
- Operações de Crédito .....	7	3.214.238	3.123.080	- Outras Provisões.....	14	1.487.024	1.480.339
- Outros Instrumentos Financeiros .....	8	6.430.494	6.178.133	<b>Impostos Diferidos</b> .....	<b>24c</b>	<b>290.884</b>	<b>276.710</b>
<b>Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b> .....	<b>7h</b>	<b>(1.499.552)</b>	<b>(1.713.589)</b>	<b>Outros Passivos</b> .....	<b>15</b>	<b>3.722.575</b>	<b>2.964.100</b>
- Operações de Crédito .....		(1.183.399)	(1.393.450)	<b>Total do Passivo</b> .....		<b>8.789.011</b>	<b>7.995.290</b>
- Outros Créditos .....		(316.153)	(320.139)	<b>Patrimônio Líquido</b>			
<b>Créditos Tributários</b> .....	<b>24c</b>	<b>1.503.347</b>	<b>1.566.493</b>	- Capital Social .....	16a	4.862.677	4.862.677
<b>Investimentos em Coligadas</b> .....	<b>9</b>	<b>143.139</b>	<b>136.471</b>	- Reservas de Lucros .....	16b	666.895	469.588
<b>Imobilizado de Uso</b> .....	<b>10</b>	<b>40.178</b>	<b>40.176</b>	- Ajuste de Avaliação Patrimonial .....		(238)	(64)
<b>Intangível</b> .....	<b>11</b>	<b>1.340.855</b>	<b>1.338.376</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b> .....		<b>5.529.334</b>	<b>5.332.201</b>
<b>Depreciações e Amortizações</b> .....		<b>(1.243.841)</b>	<b>(1.219.494)</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b> .....		<b>14.318.345</b>	<b>13.327.491</b>
- Imobilizado de Uso.....	10	(38.493)	(36.660)				
- Intangível.....	11	(1.205.348)	(1.182.834)				
<b>Outros Ativos</b> .....	<b>12</b>	<b>1.743.557</b>	<b>1.826.588</b>				
<b>Total do Ativo</b> .....		<b>14.318.345</b>	<b>13.327.491</b>				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2º Semestre	2021	2020
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b> .....		<b>835.132</b>	<b>1.841.266</b>	<b>1.860.284</b>
Operações de Crédito .....	7g	1.071.020	2.114.924	2.033.348
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	6a	74.119	102.542	37.383
Resultado de Operações de Câmbio .....		267	198	541
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros.....		(310.274)	(376.398)	(210.988)
<b>Despesas de Intermediação Financeira</b> .....	<b>(37)</b>	<b>(123)</b>	<b>(502)</b>	<b>(502)</b>
Operações de Captações no Mercado .....	13b	(37)	(123)	(502)
<b>Resultado da Intermediação Financeira</b> .....	<b>835.095</b>	<b>1.841.143</b>	<b>1.859.782</b>	
(Despesa)/Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	7h	(433.644)	(827.584)	(1.407.593)
- Operações de Crédito .....		(388.623)	(831.571)	(1.267.072)
- Outros Créditos .....		(45.021)	3.987	(140.521)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b> .....	<b>401.451</b>	<b>1.013.559</b>	<b>452.189</b>	<b>452.189</b>
<b>Outras Receitas/(Despesas) Operacionais</b> .....	<b>(94.245)</b>	<b>(387.465)</b>	<b>(640.376)</b>	<b>(640.376)</b>
Receitas de Prestação de Serviços.....	17	714.813	1.394.706	1.504.023
Despesas de Pessoal.....	18	(10.503)	(25.839)	(42.629)
Outras Despesas Administrativas.....	19	(440.139)	(871.122)	(1.294.803)
Despesas Tributárias.....	20	(110.475)	(215.427)	(224.825)
Resultado de Participações em Coligadas.....	9	4.318	6.908	5.941
Outras Receitas Operacionais.....	21	97.097	211.839	171.851
Outras Despesas Operacionais.....	22	(319.361)	(824.303)	(686.853)
Despesas de Provisões.....		(29.995)	(64.227)	(73.081)
- Trabalhistas .....	14b	(627)	(1.193)	(3.898)
- Cíveis .....	14b	(27.773)	(60.516)	(67.232)
- Outras.....		(1.595)	(2.518)	(1.951)
<b>Resultado Operacional</b> .....	<b>307.206</b>	<b>626.094</b>	<b>(188.187)</b>	<b>(188.187)</b>
<b>Resultado Não Operacional</b> .....	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>358</b>	<b>358</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b> .....	<b>307.209</b>	<b>626.102</b>	<b>(187.829)</b>	<b>(187.829)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social .....	24a	(63.860)	(230.795)	204.597
<b>Lucro Líquido</b> .....	<b>243.349</b>	<b>395.307</b>	<b>16.768</b>	<b>16.768</b>
<b>Lucro por lote de mil ações</b> .....	<b>38,93</b>	<b>63,24</b>	<b>2,68</b>	<b>2,68</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2º Semestre	2021	2020
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>			
<b>Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b> .....	<b>307.209</b>	<b>626.102</b>	<b>(187.829)</b>
<b>Ajustes ao Lucro (Prejuízo) antes dos Impostos:</b> .....	<b>541.089</b>	<b>1.032.274</b>	<b>1.946.596</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	433.644	827.584	1.407.593
Depreciações e Amortizações .....	62.378	116.868	122.484
- Constituição/Reversão e Atualização Monetária com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais .....	49.529	94.273	103.449
Resultado de Participações em Coligadas .....	(4.318)	(6.908)	(5.941)
Resultado de <i>Impairment</i> .....	-	-	318.464
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(268)	(200)	(238)
Outros .....	124	657	785
<b>Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos</b> .....	<b>848.298</b>	<b>1.658.376</b>	<b>1.758.767</b>
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	-	607.571	352.757
(Aumento)/Redução em Outros Instrumentos Financeiros.....	(617.334)	(256.347)	712.960
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito.....	(526.372)	(1.128.794)	(740.638)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos .....	(14.899)	52.815	(4.669)
Aumento/(Redução) em Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros .....	202.760	14.387	(248.800)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos.....	655.639	603.639	(331.103)
Aumento/(Redução) em Provisões .....	(50.322)	(87.590)	(77.627)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos .....	(115.181)	(166.909)	(78.528)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b> .....	<b>382.589</b>	<b>1.297.149</b>	<b>1.343.119</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>			
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(2)	(2)	(58)

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2º Semestre	2021	2020
<b>Lucro Líquido do Período</b> .....	<b>243.349</b>	<b>395.307</b>	<b>16.768</b>
<b>Itens que podem ser Reclassificados para o Resultado</b> .....	<b>(17)</b>	<b>(174)</b>	<b>(32)</b>
Outros Resultados Abrangentes.....	(17)	(174)	(32)
<b>Itens que não podem ser Reclassificados para o Resultado</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado Abrangente do Período</b> .....	<b>243.332</b>	<b>395.133</b>	<b>16.736</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes		Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutárias	Abrangentes	Acumulados		
<b>Saldos em 31.12.2019</b> .....	<b>1.991.716</b>	<b>2.870.961</b>	<b>68.879</b>	<b>653.100</b>	<b>(32)</b>	<b>-</b>	<b>5.584.624</b>	
Homologação de Aumento de Capital .....	2.870.961	(2.870.961)	-	-	-	-	-	-
Ajustes Avaliação Patrimonial .....	-	-	-	-	(32)	-	(32)	(32)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	16.768	16.768	16.768
Destinações: - Reservas .....	-	-	839	15.770	-	(16.609)	-	-
- Juros sobre Capital Próprio.....	-	-	-	(269.000)	-	-	(269.000)	(269.000)
- Dividendo a Pagar .....	-	-	-	-	-	(159)	(159)	(159)
<b>Saldos em 31.12.2020</b> .....	<b>4.862.677</b>	<b>-</b>	<b>69.718</b>	<b>399.870</b>	<b>(64)</b>	<b>-</b>	<b>5.332.201</b>	
Ajustes Avaliação Patrimonial .....	-	-	-	-	(174)	-	(174)	(174)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	395.307	395.307	395.307
Destinações: .....	-	-	19.765	177.542	-	(197.307)	-	-
- Reservas .....	-	-	-	-	-	(198.000)	(198.000)	(198.000)
- Juros sobre Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31.12.2021</b> .....	<b>4.862.677</b>	<b>-</b>	<b>89.483</b>	<b>577.412</b>	<b>(238)</b>	<b>-</b>	<b>5.529.334</b>	
<b>Saldos em 30.6.2021</b> .....	<b>4.862.677</b>	<b>-</b>	<b>77.315</b>	<b>542.787</b>	<b>(220)</b>	<b>-</b>	<b>5.482.559</b>	
Ajuste de Avaliação Patrimonial .....	-	-	-	-	(18)	-	(18)	(18)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	243.349	243.349	243.349
Destinações: - Reservas .....	-	-	12.168	34.625	-	(46.793)	-	-
- Juros sobre Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	(198.000)	(198.000)	(198.000)
- Reversão de Dividendos a Pagar.....	-	-	-	-	-	1.444	1.444	1.444
<b>Saldos em 31.12.2021</b> .....	<b>4.862.677</b>	<b>-</b>	<b>89.493</b>	<b>577.412</b>	<b>(238)</b>	<b>-</b>	<b>5.529.334</b>	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

A atualização (*accrua*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, por no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da renegociação.

Conforme permitido pela Resolução nº 4.803/20 emitida pela CMN, alterada pela Resolução nº 4.855/20, as operações renegociadas no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2020 poderão ser mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, exceto: (a) as operações com atraso igual ou superior a 15 dias em 29 de fevereiro de 2020; e (b) operações com evidências de incapacidade da contraparte honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresenta maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais			
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>			
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(2)	(2)	(58)
Alienação de Imobilizado de Uso .....	-	-	224
Aquisição de Intangível.....	(46.933)	(95.001)	(27.212)
Dividendos Recebidos .....	-	57	83
<b>Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos .....</b>	<b>(46.935)</b>	<b>(94.946)</b>	<b>(26.963)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:</b>			
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos Pagos .....	-	(159)	(228.650)
<b>Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento .....</b>	<b>-</b>	<b>(159)</b>	<b>(228.650)</b>
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa .....</b>	<b>335.654</b>	<b>1.202.044</b>	<b>1.087.506</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período .....	2.309.997	1.443.675	355.931
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa .....	268	200	238
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	2.645.919	2.645.919	1.443.675
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa .....</b>	<b>335.654</b>	<b>1.202.044</b>	<b>1.087.506</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradescard S.A. (Bradescard ou Instituição) está autorizado a operar com a carteira comercial e de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto. Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco. Nas Demonstrações Contábeis do Bradescard, estão sendo apresentadas parte dos negócios de cartões, ou seja, somente daqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

### 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Bradescard evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Vale destacar que no 1º semestre de 2020, houve revisão de premissas de determinados ativos devido ao cenário econômico atual impactado pela pandemia provocada pelo Covid-19. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2022.

### 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

#### b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

#### c) Caixa equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

#### e) Títulos e valores mobiliários - classificação

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

#### f) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias .....	B
• de 31 a 60 dias .....	C
• de 61 a 90 dias .....	D
• de 91 a 120 dias .....	E
• de 121 a 150 dias .....	F
• de 151 a 180 dias .....	G
• superior a 180 dias .....	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

#### g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre atualização de depósitos judiciais são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Impostos Diferidos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada a alíquota de 15%. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020. Em 1º de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 ("MP"), convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em cinco pontos percentuais, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 24.

#### h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

#### i) Investimentos

O investimento em empresa coligada, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

#### j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Instituição.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: sistema de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso - 10% ao ano; sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

#### k) Ativo intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- Aquisição de direito para prestação de serviços bancários: são registradas e amortizadas, quando aplicável, pelo período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro, e ajustadas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável;
- *Software*: São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a 50% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando a geração de benefícios econômicos futuros.

#### l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o seu valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC).

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

#### m) Depósitos

São demonstrados pelos valores de exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

#### n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza, está apresentada na Nota 14.

#### o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata die*).

#### p) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

#### q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

continua...

...continuação



# Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 15º Andar - Parte - Bloco D - Alphaville Industrial - Barueri - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 37 e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

### 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Disponibilidades em moeda nacional	132	120
Disponibilidade em moeda estrangeira	2.933	3.618
<b>Total de disponibilidades (caixa)</b>	<b>3.065</b>	<b>3.738</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	2.642.854	1.439.937
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.645.919</b>	<b>1.443.675</b>

(1) Referem-se às operações cujos vencimentos, na data da efetiva aplicação eram iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentavam risco insignificante de mudança de valor justo.

### 5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

#### a) Composição e prazos

	R\$ mil			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
<b>Aplicações no mercado aberto:</b>				
Posição bancada	2.642.854	-	2.642.854	1.439.937
Notas do Tesouro Nacional	2.642.854	-	2.642.854	1.439.937
<b>Subtotal</b>	<b>2.642.854</b>	<b>-</b>	<b>2.642.854</b>	<b>1.439.937</b>

### 7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

#### a) Modalidades e prazos

	Curso normal									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 31 de dezembro de 2021 (A)	%	Em 31 de dezembro de 2020 (A)	%
Empréstimos e títulos descontados	944.898	137.860	83.340	204.207	220.775	232.792	1.823.872	22,1	1.809.593	22,9
<b>Subtotal</b>	<b>944.898</b>	<b>137.860</b>	<b>83.340</b>	<b>204.207</b>	<b>220.775</b>	<b>232.792</b>	<b>1.823.872</b>	<b>22,1</b>	<b>1.809.593</b>	<b>22,9</b>
Outros créditos (1)	1.791.567	1.265.260	818.413	1.421.173	909.955	216.685	6.423.053	77,9	6.100.258	77,1
<b>Subtotal</b>	<b>1.791.567</b>	<b>1.265.260</b>	<b>818.413</b>	<b>1.421.173</b>	<b>909.955</b>	<b>216.685</b>	<b>6.423.053</b>	<b>77,9</b>	<b>6.100.258</b>	<b>77,1</b>
<b>Total das operações de crédito</b>	<b>2.736.465</b>	<b>1.403.120</b>	<b>901.753</b>	<b>1.625.380</b>	<b>1.130.730</b>	<b>449.477</b>	<b>8.246.925</b>	<b>100,0</b>	<b>7.909.851</b>	<b>100,0</b>
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.736.465</b>	<b>1.403.120</b>	<b>901.753</b>	<b>1.625.380</b>	<b>1.130.730</b>	<b>449.477</b>	<b>8.246.925</b>	<b>100,0</b>	<b>7.909.851</b>	<b>100,0</b>
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.676.963</b>	<b>1.412.306</b>	<b>902.101</b>	<b>1.610.698</b>	<b>1.020.462</b>	<b>287.321</b>			<b>7.909.851</b>	<b>100,0</b>

	Curso anormal									
	Parcelas vencidas									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 360 dias	Em 31 de dezembro de 2021 (B)	%	Em 31 de dezembro de 2020 (B)	%
Empréstimos e títulos descontados	99.703	138.916	158.243	423.584	521.980	21.208	1.342.426	100,0	1.266.611	100,0
<b>Subtotal</b>	<b>99.703</b>	<b>138.916</b>	<b>158.243</b>	<b>423.584</b>	<b>521.980</b>	<b>21.208</b>	<b>1.342.426</b>	<b>100,0</b>	<b>1.266.611</b>	<b>100,0</b>
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>99.703</b>	<b>138.916</b>	<b>158.243</b>	<b>423.584</b>	<b>521.980</b>	<b>21.208</b>	<b>1.342.426</b>	<b>100,0</b>	<b>1.266.611</b>	<b>100,0</b>
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>63.478</b>	<b>66.626</b>	<b>71.139</b>	<b>248.530</b>	<b>816.838</b>				<b>1.266.611</b>	<b>100,0</b>

	Curso anormal									
	Parcelas vincendas									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 2021 (C)	%	Total em 2020 (C)	%
Empréstimos e títulos descontados	6.870	1.722	1.940	5.513	10.687	21.208	47.940	100,0	46.877	100,0
<b>Subtotal</b>	<b>6.870</b>	<b>1.722</b>	<b>1.940</b>	<b>5.513</b>	<b>10.687</b>	<b>21.208</b>	<b>47.940</b>	<b>100,0</b>	<b>46.877</b>	<b>100,0</b>
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.870</b>	<b>1.722</b>	<b>1.940</b>	<b>5.513</b>	<b>10.687</b>	<b>21.208</b>	<b>47.940</b>	<b>100,0</b>	<b>46.877</b>	<b>100,0</b>
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>7.615</b>	<b>2.709</b>	<b>3.079</b>	<b>7.564</b>	<b>9.715</b>	<b>16.195</b>	<b>46.877</b>		<b>46.877</b>	<b>100,0</b>

	Total geral			
	Em 31 de dezembro de 2021 (A+B+C)	%	Em 31 de dezembro de 2020 (A+B+C)	%
Empréstimos e títulos descontados	3.214.238	33,4	3.123.080	33,9
<b>Subtotal</b>	<b>3.214.238</b>	<b>33,4</b>	<b>3.123.080</b>	<b>33,9</b>
Outros créditos (1)	6.423.053	66,6	6.100.258	66,1
<b>Subtotal</b>	<b>6.423.053</b>	<b>66,6</b>	<b>6.100.258</b>	<b>66,1</b>
<b>Total das operações de crédito</b>	<b>9.637.291</b>	<b>100,0</b>	<b>9.223.338</b>	<b>100,0</b>
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>9.637.291</b>	<b>100,0</b>		
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2020</b>			<b>9.223.338</b>	<b>100,0</b>

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende operações com cartão de crédito.

#### b) Modalidades e níveis de risco

	Níveis de risco												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Em 31 de dezembro de 2021	%	Em 31 de dezembro de 2020	%
Empréstimos e títulos descontados	1.651	1.051.413	255.288	472.596	248.935	189.073	140.395	120.722	734.165	3.214.238	33,4	3.123.080	33,9
<b>Subtotal</b>	<b>1.651</b>	<b>1.051.413</b>	<b>255.288</b>	<b>472.596</b>	<b>248.935</b>	<b>189.073</b>	<b>140.395</b>	<b>120.722</b>	<b>734.165</b>	<b>3.214.238</b>	<b>33,4</b>	<b>3.123.080</b>	<b>33,9</b>
Outros créditos	14.769	4.040.078	814.847	1.301.824	138.599	25.952	11.194	9.094	66.696	6.423.053	66,6	6.100.258	66,1
<b>Subtotal</b>	<b>14.769</b>	<b>4.040.078</b>	<b>814.847</b>	<b>1.301.824</b>	<b>138.599</b>	<b>25.952</b>	<b>11.194</b>	<b>9.094</b>	<b>66.696</b>	<b>6.423.053</b>	<b>66,6</b>	<b>6.100.258</b>	<b>66,1</b>
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>16.420</b>	<b>5.091.491</b>	<b>1.070.135</b>	<b>1.774.420</b>	<b>387.534</b>	<b>215.025</b>	<b>151.589</b>	<b>129.816</b>	<b>800.861</b>	<b>9.637.291</b>	<b>100,0</b>		
%	-	52,8	11,1	18,4	4,1	2,3	1,7	1,3	8,3		100,0		
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>9.406</b>	<b>5.153.502</b>	<b>686.415</b>	<b>1.563.682</b>	<b>299.807</b>	<b>123.935</b>	<b>105.891</b>	<b>95.504</b>	<b>1.185.196</b>			<b>9.223.338</b>	<b>100,0</b>
%	-	55,9	7,4	17,0	3,3	1,3	1,1	1,0	12,8				100,0

#### c) Faixa de vencimento e níveis de risco

##### I) Níveis de risco

	Níveis de risco												
	Operações em curso anormal (3)												

Table with columns: AA, A, B, C, D, E, F, G, H, Em 31 de dezembro de 2021, % (1), Em 31 de dezembro de 2020, % (1). Rows include: Parcelas vencidas, 1 a 30, 31 a 60, 61 a 90, 91 a 180, 181 a 360, Acima de 360, Parcelas vencidas (2), 1 a 14, 15 a 30, 31 a 60, 61 a 90, 91 a 180, 181 a 360, Acima de 360, Subtotal, Provisão específica.

- (1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;
(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e
(3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

Table with columns: AA, A, B, C, D, E, F, G, H, Em 31 de dezembro de 2021, % (1), Em 31 de dezembro de 2020, % (1). Rows include: Parcelas vencidas, 1 a 30, 31 a 60, 61 a 90, 91 a 180, 181 a 360, Acima de 360, Vencidas até 14 dias, Subtotal, Provisão genérica, Total geral em 31 de dezembro de 2021, Provisão existente, Provisão mínima requerida, Provisão complementar, Total geral em 31 de dezembro de 2020, Provisão existente, Provisão mínima requerida, Provisão complementar.

- (1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; e
(2) Operações com atraso inferior a 15 dias e que não apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

II) Operação

Table with columns: Exposição, Em dia, Atraso até 14 dias, Atraso de 15 a 60 dias, Atraso de 61 a 90 dias, Atraso de 91 a 180 dias, Atraso de 181 a 360 dias, Atraso acima de 360 dias, Em 31 de dezembro de 2021. Row: Operações de crédito.

d) Concentração de operações de crédito e outros créditos

Table with columns: Em 31 de dezembro de 2021, % (1), Em 31 de dezembro de 2020, % (1). Rows include: Maior devedor, Dez maiores devedores, Vinte maiores devedores, Cinquenta maiores devedores, Cem maiores devedores.

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

e) Setor de atividade econômica

Table with columns: Em 31 de dezembro de 2021, %, Em 31 de dezembro de 2020, %. Rows include: Setor privado, Pessoa jurídica, Pessoa física, Total.

h) Provisão para perdas esperadas, movimentação da provisão e despesa de PDD líquida

I) Composição - Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Table with columns: Nível de risco, % Mínimo de provisionamento requerido, Mínima requerida (Vencidas, Vincendas, Total específica), Genérica, Total, Complementar, Em 31 de dezembro em 2021, %, Em 31 de dezembro em 2020, %. Rows include: AA, A, B, C, Subtotal.

continua...



...continuação



# Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 15º Andar - Parte - Bloco D - Alphaville Industrial - Barueri - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Provisão						Em 31 de dezembro em 2021	%	Em 31 de dezembro em 2020	%
		Mínima requerida			Complementar						
		Vencidas	Específica Vincendas	Total específica	Genérica	Total	Complementar				
D.....	10,0	14.367	716	15.083	23.670	38.753	77.468	116.221	7,8	89.912	5,2
E.....	30,0	47.492	592	48.084	16.423	64.507	42.983	107.490	7,2	61.956	3,6
F.....	50,0	62.056	502	62.558	13.239	75.797	30.303	106.100	7,1	74.113	4,3
G.....	70,0	75.848	439	76.287	14.583	90.870	38.932	129.802	8,7	95.494	5,6
H.....	100,0	634.357	4.499	638.856	162.005	800.861	-	800.861	53,4	1.185.196	69,2
<b>Subtotal</b> .....		<b>834.120</b>	<b>6.748</b>	<b>840.868</b>	<b>229.920</b>	<b>1.070.788</b>	<b>189.686</b>	<b>1.260.474</b>	<b>84,1</b>	<b>1.506.671</b>	<b>87,9</b>
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2021</b> .....		<b>837.994</b>	<b>7.406</b>	<b>845.400</b>	<b>314.780</b>	<b>1.160.180</b>	<b>339.372</b>	<b>1.499.552</b>			
%.....		55,9	0,5	56,4	21,0	77,4	22,6		100,0		
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2020</b> .....		<b>1.006.024</b>	<b>16.449</b>	<b>1.022.473</b>	<b>429.224</b>	<b>1.451.697</b>	<b>261.892</b>			<b>1.713.589</b>	
%.....		58,7	1,0	59,7	25,0	84,7	15,3				100,0

### II) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
- Provisão específica (1).....	1.022.473	1.214.467
- Provisão genérica (2).....	429.224	308.842
- Provisão complementar (3).....	261.892	191.977
<b>Saldo inicial do período</b> .....	<b>1.713.589</b>	<b>1.715.286</b>
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	827.584	1.407.593
Baixas para prejuízo.....	(1.041.621)	(1.409.290)
<b>Saldo final do período</b> .....	<b>1.499.552</b>	<b>1.713.589</b>
- Provisão específica (1).....	845.400	1.022.473
- Provisão genérica (2).....	314.780	429.224
- Provisão complementar (3).....	339.372	261.892

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e

(3) A provisão complementar é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão complementar por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 7c).

### 8) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Outros créditos.....	6.423.053	6.100.258
Títulos e créditos a receber.....	6.963	77.762
Relações interfinanceiras de liquidez.....	478	113
<b>Total</b> .....	<b>6.430.494</b>	<b>6.178.133</b>

### 9) INVESTIMENTOS

#### a) Composição dos investimentos nas demonstrações contábeis

Empresa	Valor contábil	
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Imagra Imobiliária Agrícola Ltda. ....	143.139	136.471
<b>Total</b> .....	<b>143.139</b>	<b>136.471</b>

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em coligadas" e, estão demonstrados abaixo:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido	Quantidade de cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social %	Lucro líquido	Resultado de equivalência patrimonial		
						2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro 2021	Acumulado em 31 de dezembro 2020
Imagra Imobiliária Agrícola Ltda. ....	205.250	386.688	205.250	35,921415	19.231	4.318	6.908	5.941
<b>Total</b> .....	<b>205.250</b>	<b>386.688</b>	<b>205.250</b>	<b>35,921415</b>	<b>19.231</b>	<b>4.318</b>	<b>6.908</b>	<b>5.941</b>

### 10) IMOBILIZADO DE USO

	R\$ mil				
	Custo líquido de depreciação				
	Taxa	Custo	Depreciação	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Instalações, móveis, máquinas e equipamentos.....	10%	572	(4)	568	567
Sistema de processamento de dados.....	20%	39.606	(38.489)	1.117	2.949
<b>Total em 31 de dezembro de 2021</b> .....		<b>40.178</b>	<b>(38.493)</b>	<b>1.685</b>	
<b>Total em 31 de dezembro de 2020</b> .....		<b>40.176</b>	<b>(36.660)</b>		<b>3.516</b>

### 11) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	R\$ mil					
	Custo líquido de amortização					
	Taxa (1)	Custo	Amortização	Impairment (3)	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Software (2).....	20%	365.912	(324.174)	-	41.738	52.576
Acordos operacionais.....	-	974.943	(653.304)	(227.870)	93.769	102.966
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2021</b> .....		<b>1.340.855</b>	<b>(977.478)</b>	<b>(227.870)</b>	<b>135.507</b>	
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2020</b> .....		<b>1.338.376</b>	<b>(864.370)</b>	<b>(318.464)</b>		<b>155.542</b>

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico e contabilizada como outras despesas administrativas;

(2) Softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas; e

(3) Valor referente ao Impairment registrado para acordos de parcerias.

### 12) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Depósitos fiscais.....	1.408.161	1.379.380
Impostos a compensar.....	143.812	317.302
Depósitos cíveis.....	71.511	74.985
Depósitos trabalhistas.....	28.481	17.824
Outros.....	91.592	37.097
<b>Total</b> .....	<b>1.743.557</b>	<b>1.826.588</b>

### 13) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### a) Recursos de clientes

### 16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 4.862.677 mil (Em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 4.862.677 mil), está representado por 6.251.374.560 (Em 31 de dezembro de 2020 - 6.251.374.560) ações nominativas escriturais, sendo 3.125.687.280 (Em 31 de dezembro de 2020 - 3.125.687.280) Ordinárias e 3.125.687.280 (Em 31 de dezembro de 2020 - 3.125.687.280) Preferenciais.

#### b) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
<b>Reservas de lucros</b> .....	<b>666.895</b>	<b>469.588</b>
- Reserva legal (1).....	89.483	69.718
- Reservas estatutárias (2).....	577.412	399.870

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em até 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

#### c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Em 17 de dezembro de 2021, foram deliberados juros sobre o capital próprio de R\$ 168.300 mil (líquido dos impostos retidos na fonte no valor de R\$ 29.500 mil), conforme deliberado em Ata da Reunião da Diretoria realizada em 17 de dezembro de 2021.

#### d) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

### 17) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro 2021	Acumulado em 31 de dezembro 2020
Rendas com cartões de crédito (1).....	450.809	908.375	1.035.584
Comissões.....	241.122	449.872	422.588
Rendas de antecipação de obrigações.....	22.882	36.459	45.851
<b>Total</b> .....	<b>714.813</b>	<b>1.394.706</b>	<b>1.504.023</b>

(1) Inclui tarifas bancárias e anuidades.

### 18) DESPESAS DE PESSOAL

R\$ mil

13) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Recursos de clientes

Table with columns: R\$ mil, 1 a 30 dias, 31 a 180 dias, 181 a 360 dias, De 1 a 3 anos, Acima de 3 anos, Em 31 de dezembro 2021, Em 31 de dezembro 2020. Rows include Depósitos, - A vista, - A prazo, Total em 31 de dezembro de 2021, % Total em 31 de dezembro de 2020, %

b) Despesas de intermediação financeira

Table with columns: R\$ mil, 2º Semestre 2021, Acumulado em 31 de dezembro 2021, Acumulado em 31 de dezembro 2020. Rows include Depósitos a prazo, Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC, Depósitos interfinanceiros, Total

c) Outros passivos financeiros

Table with columns: R\$ mil, Em 31 de dezembro de 2021, Em 31 de dezembro de 2020. Rows include Relações interfinanceiras, Total

14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

I) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerrados nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Banco Bradescard não têm valores individuais relevantes.

II) Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III) Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal tese é: - PIS e Cofins no montante de R\$ 1.396.976 mil (Em dezembro de 2020 - R\$ 1.369.487 mil); pleiteia calcular e recolher as referidas contribuições sobre as receitas de prestação de serviços (faturamento), afastando a aplicabilidade dos artigos 3º, § 1º e 8º da Lei nº 9.718/98 e ainda, recolher a Cofins utilizando a alíquota de 2% prevista na LC nº 70/91.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV) Movimentação das provisões - despesas de provisões

Table with columns: R\$ mil, Trabalhistas, Cíveis, Fiscais (1). Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2020, Atualização monetária, Constituições líquidas de (reversões e baixas), Pagamentos, Saldo em 31 de dezembro de 2021

(1) Compreende, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 108.895 mil (Em dezembro de 2020 - R\$ 130.871 mil) para os processos cíveis e R\$ 107.482 mil (Em dezembro de 2020 - R\$ 96.769 mil) para os processos fiscais.

O principal processo fiscal com essa classificação é:

- IRPJ e CSLL - Ano base de 2008 a 2013 - R\$ 49.158 mil (Em dezembro de 2020 - R\$ 49.075 mil): lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimento.

15) OUTROS PASSIVOS

Table with columns: R\$ mil, Em 31 de dezembro de 2021, Em 31 de dezembro de 2020. Rows include Operações relacionadas a cartão de crédito, Sociais e estatutárias, Impostos e contribuições a recolher, Resultado exercícios futuros, Outros, Total

(1) Inclui tarifas bancárias e anuidades.

18) DESPESAS DE PESSOAL

Table with columns: R\$ mil, 2º Semestre 2021, Acumulado em 31 de dezembro 2021, Acumulado em 31 de dezembro 2020. Rows include Proventos, Benefícios, Encargos sociais, Participação dos empregados no lucro, Outros, Total

19) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Table with columns: R\$ mil, 2º Semestre 2021, Acumulado em 31 de dezembro 2021, Acumulado em 31 de dezembro 2020. Rows include Serviços de terceiros, Processamentos de dados, Comunicações, Depreciações e amortizações, Transporte, Propaganda, promoções e publicidade, Serviços do sistema financeiro, Manutenção e conservação de bens, Materiais e energia, Aluguéis e arrendamento de bens, Viagens, Impairment, Outras, Total

20) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Table with columns: R\$ mil, 2º Semestre 2021, Acumulado em 31 de dezembro 2021, Acumulado em 31 de dezembro 2020. Rows include Contribuição à Cofins, Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, Contribuição ao PIS, Outras, Total

21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Table with columns: R\$ mil, 2º Semestre 2021, Acumulado em 31 de dezembro 2021, Acumulado em 31 de dezembro 2020. Rows include Reversões de provisões operacionais, Recuperação de encargos e despesas, Atualização monetária ativa, Ressarcimento de parcerias, Outras, Total

22) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Table with columns: R\$ mil, 2º Semestre 2021, Acumulado em 31 de dezembro 2021, Acumulado em 31 de dezembro 2020. Rows include Despesas de comercialização de cartão de crédito, Descontos concedidos em renegociações, Despesas de serviços de associados, Atualização monetária passiva, Perdas operacionais, Outras, Total

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN e a Deliberação da CVM nº 642/10, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

Table with columns: R\$ mil, Em 31 de dezembro - R\$ mil, Controlador (1), Coligadas, Pessoal-chave da Administração. Rows include Ativos (Disponibilidades, Aplicações no mercado aberto, Aplicações em depósitos interfinanceiros, Dividendos a receber, Operações de crédito, outros créditos e outros valores e bens), Passivos (Depósitos à vista, Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, Outros passivos), Resultado (Receitas de intermediação financeira, Despesas de intermediação financeira, Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais)

(1) Banco Bradesco S.A.

continua...



...continuação



# Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 15º Andar - Parte - Bloco D - Alphaville Industrial - Barueri - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2021 não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição (Em 31 de dezembro foi determinado o valor máximo acima de R\$ 507 mil para remuneração e R\$ 850 mil para custear plano de previdência), tendo em vista que atualmente todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador direto, em consonância com a prática da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

### Benefícios de curto e médio prazo a administradores

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de dezembro	
	2021	2020
Proventos .....	-	505
<b>Total</b> .....	-	<b>505</b>

### Benefícios pós-emprego

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de dezembro	
	2021	2020
Plano de previdência complementar de contribuição definida .....	-	850
<b>Total</b> .....	-	<b>850</b>

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

## 24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2021	2021	2020
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b> .....	<b>307.209</b>	<b>626.102</b>	<b>(187.829)</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g)	(138.244)	(281.746)	84.523
<b>Efeito no cálculo dos tributos:</b>			
Participações em coligadas.....	1.943	3.109	2.673
Despesas inadotáveis líquidas das receitas não tributáveis .....	(12.251)	(14.660)	(4.527)
Juros sobre o capital próprio pagos .....	89.100	89.100	121.050
Outros valores .....	(4.408)	(26.598)	878
<b>Imposto de renda e contribuição social do período</b> .....	<b>(63.860)</b>	<b>(230.795)</b>	<b>204.597</b>

### b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2021	2021	2020
<b>Impostos correntes:</b>			
<b>Imposto de renda e contribuição social devidos</b> .....	<b>(74.822)</b>	<b>(153.475)</b>	<b>(23.688)</b>
<b>Impostos diferidos:</b>			
Constituição/realização no período, sobre adições e exclusões temporárias.....	10.962	(77.320)	228.285
<b>Total dos impostos diferidos</b> .....	<b>10.962</b>	<b>(77.320)</b>	<b>228.285</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social do período</b> .....	<b>(63.860)</b>	<b>(230.795)</b>	<b>204.597</b>

### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil		
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Constituição	Realização
	de 2020		de 2021
Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	735.443	546.746	(593.090)
Provisões fiscais.....	591.896	12.370	-
Provisões civis.....	36.616	2.768	(8.376)
Provisões trabalhistas .....	5.763	777	(3.780)
<i>Impairment</i> de títulos e investimentos.....	-	102.541	-
Outros.....	196.775	21.440	(144.542)
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 3g)</b> .....	<b>1.566.493</b>	<b>686.642</b>	<b>(749.788)</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas (Nota 24e)</b> .....	<b>276.710</b>	<b>14.174</b>	<b>-</b>
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas....</b>	<b>1.289.783</b>	<b>672.468</b>	<b>(749.788)</b>

Tendo em vista o curto período de vigência da elevação da alíquota da CSLL, determinada pela Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021 (Nota 3g), a mesma não trouxe impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis.

### d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	R\$ mil		
	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2022.....	422.357	337.885	760.242
2023.....	385.558	289.852	675.410
2024.....	19.060	15.248	34.308
2025.....	18.548	14.839	33.387
<b>Total</b> .....	<b>845.523</b>	<b>657.824</b>	<b>1.503.347</b>

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada com a expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente dos créditos tributários calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 1.453.447 mil (Em dezembro de 2020 - R\$ 1.532.478 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários do Banco Bradescard foram devidamente ativados.

### e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Constituição	Realização/ Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Atualização de depósitos judiciais.....	276.710	14.174	-	290.884
<b>Total dos impostos diferidos (Nota 24c)</b> .....	<b>276.710</b>	<b>14.174</b>	<b>-</b>	<b>290.884</b>

## 25) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
<b>Ativo</b>						
<b>Disponibilidades</b> .....	<b>3.065</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.065</b>
<b>Instrumentos financeiros</b> .....	<b>6.736.067</b>	<b>3.939.427</b>	<b>1.141.418</b>	<b>470.685</b>	<b>-</b>	<b>12.287.597</b>
- Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	2.642.854	-	-	-	-	2.642.854
- Títulos e valores mobiliários.....	11	-	-	-	-	11
- Operações de crédito .....	4.085.761	3.939.427	1.141.418	470.685	-	9.637.291
- Outros instrumentos financeiros.....	7.441	-	-	-	-	7.441
<b>Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b> .....	<b>(1.123.683)</b>	<b>(246.215)</b>	<b>(79.907)</b>	<b>(49.747)</b>	<b>-</b>	<b>(1.499.552)</b>
- Operações de crédito .....	(1.040.734)	(69.417)	(34.785)	(38.463)	-	(1.183.399)
- Outros créditos .....	(82.949)	(176.798)	(45.122)	(11.284)	-	(316.153)
<b>Créditos tributários</b> .....	<b>-</b>	<b>380.098</b>	<b>380.098</b>	<b>743.151</b>	<b>-</b>	<b>1.503.347</b>
<b>Investimentos em coligadas</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>143.139</b>	<b>143.139</b>
<b>Imobilizado de uso</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40.178</b>	<b>40.178</b>
<b>Intangível</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.340.855</b>	<b>1.340.855</b>
<b>Depreciação e amortização acumulada</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.243.841)</b>	<b>(1.243.841)</b>
- Imobilizado de uso .....	-	-	-	-	(38.493)	(38.493)
- Intangível.....	-	-	-	-	(1.205.348)	(1.205.348)
<b>Outros ativos</b> .....	<b>106.056</b>	<b>43.370</b>	<b>-</b>	<b>1.594.131</b>	<b>-</b>	<b>1.743.557</b>
<b>Total do ativo em 31 de dezembro de 2021</b> .....	<b>5.721.505</b>	<b>4.116.680</b>	<b>1.441.609</b>	<b>2.758.220</b>	<b>280.331</b>	<b>14.318.345</b>
<b>Total do ativo em 31 de dezembro de 2020</b> .....	<b>4.258.833</b>	<b>5.152.193</b>	<b>1.038.408</b>	<b>2.582.528</b>	<b>295.529</b>	<b>13.327.491</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b> .....	<b>3.288.528</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.288.528</b>
- Recursos de clientes.....	2.276	-	-	-	-	2.276
- Outros passivos financeiros .....	3.286.252	-	-	-	-	3.286.252
<b>Provisões</b> .....	<b>9.566</b>	<b>198</b>	<b>-</b>	<b>1.477.260</b>	<b>-</b>	<b>1.487.024</b>
- Outras provisões.....	9.566	198	-	1.477.260	-	1.487.024
<b>Impostos diferidos</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>290.884</b>	<b>-</b>	<b>290.884</b>
<b>Outros passivos</b> .....	<b>3.554.275</b>	<b>168.300</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.722.575</b>
<b>Total do passivo</b> .....	<b>6.852.369</b>	<b>168.498</b>	<b>-</b>	<b>1.768.144</b>	<b>-</b>	<b>8.789.011</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
- Capital social.....	-	-	-	-	4.862.677	4.862.677
- Reservas de lucros.....	-	-	-	-	666.895	666.895
- Ajuste de avaliação patrimonial.....	-	-	-	-	(238)	(238)
<b>Total do patrimônio líquido</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.529.334</b>	<b>5.529.334</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> .....	<b>6.852.369</b>	<b>168.498</b>	<b>-</b>	<b>1.768.144</b>	<b>5.529.334</b>	<b>14.318.345</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2021</b> .....	<b>6.852.369</b>	<b>168.498</b>	<b>-</b>	<b>1.768.144</b>	<b>5.529.334</b>	<b>14.318.345</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2020</b> .....	<b>6.234.989</b>	<b>13.082</b>	<b>595</b>	<b>1.746.624</b>	<b>5.332.201</b>	<b>13.327.491</b>

## 26) OUTRAS INFORMAÇÕES

### a) Resultados recorrentes e não recorrentes

Nosso resultado contábil em 2021 foi de R\$ 395.307 mil, onde o resultado recorrente foi de R\$ 395.307 mil, não havendo resultado não recorrente.

Nosso resultado contábil em 2020 foi de R\$ 16.768 mil, onde o resultado recorrente foi de R\$ 192.138 mil e o resultado não recorrente foi de R\$ (175.370) mil líquido de impostos, o qual não se espera que ocorra em exercícios futuros, abaixo detalhamos:

Eventos não recorrentes 2020: i. Provisão de Reestruturação R\$ (215) mil; e ii. *Impairment* de Ativos Não Financeiros - R\$ (175.155) mil.

### b) Plano de previdência complementar

O Banco Bradescard é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTMV é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários do Bradescard são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e as contribuições do Bradescard são de 5% do salário.

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2021 totalizaram R\$ 1.384 mil (2020 - R\$ 1.585 mil).

### c) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O Banco Bradescard, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

d) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

## A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas do

**Banco Bradescard S.A.**

Osasco - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradescard S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradescard S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre

Envolvemos nossos profissionais de finanças corporativas com conhecimento e experiência no setor que auxiliaram na avaliação das premissas, incluindo taxas de crescimento das principais linhas de negócio, taxas de juros futuros, taxas de câmbio e taxas de impostos aplicáveis subjacentes às projeções da Instituição sobre lucros tributáveis futuros.

Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e as divulgações efetuadas pela Instituição nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

### Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

O ambiente de tecnologia da Instituição possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento

findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradescard S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Avaliação da mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Conforme apresentado nas notas explicativas nºs 3f e 7 a Instituição registrou em 31 de dezembro de 2021, R\$ 1.499.552 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito, que compreendem as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. Para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa a Instituição classifica as operações de crédito em nove níveis de risco ("ratings"), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias, dias de atraso e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, aplicando os respectivos percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada rating.

Adicionalmente, a Instituição complementa suas estimativas (provisão complementar) por meio de estudos internos baseados em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, de forma a refletir a sua expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

Consideramos a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo, envolvidos na avaliação das premissas utilizadas na classificação das operações de crédito e na determinação da provisão complementar.

#### Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo.

Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais, relacionados aos processos: (i) desenvolvimento, aprovação e aplicação das metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações; (ii) definição, aprovação e aplicação das principais premissas utilizadas na atribuição dos ratings, incluindo aqueles relacionados a revisão individualizada da análise de risco de crédito e a governança estabelecida para respectiva aprovação.

Adicionalmente, para os clientes avaliados individualmente, analisamos com base em amostragem (por critérios estatísticos e itens específicos), os dados que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pela Instituição, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, verificando a aderência desta atribuição de rating em relação às políticas internas da Instituição. Para os clientes avaliados de forma massificada, testamos a atribuição dos percentuais de provisionamento de acordo com as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco de cada cliente. Avaliamos também, as metodologias e premissas utilizadas para a determinação da provisão complementar, que incluem a avaliação da Instituição quanto ao aumento da inadimplência aumento no índice de desemprego, entre outros.

Analisamos, por amostragem estatística, o cálculo aritmético da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

#### Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes - Fiscais e cíveis

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 3n e 14, a Instituição é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais e cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades, com as respectivas provisões registradas nas demonstrações contábeis nos montantes de R\$ 1.396.976 mil e R\$ 68.906 mil, respectivamente.

Para certos processos fiscais e cíveis, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização por dano moral e patrimonial, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito, ajustes de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança devido à implementação de planos econômicos pelo Governo Federal, e algumas outras ações cíveis específicas, foi necessário julgamento significativo para determinar a probabilidade de perda e estimar o valor envolvido.

Nós consideramos a mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes como um principal assunto de auditoria em razão de envolver julgamento significativo para mensuração destas provisões.

#### Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo.

Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais relacionados a avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes, incluindo controles relacionados à avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais fiscais e cíveis.

Para certos processos cíveis e fiscais, analisamos as provisões reconhecidas e os valores divulgados, considerando a avaliação dos consultores jurídicos internos e externos, bem como dados e informações históricas e jurisprudência relacionadas aos processos em questão e outros processos similares. Envolvemos nossos profissionais tributários com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram na avaliação de determinados processos fiscais em relação aos méritos técnicos e da documentação suporte para a avaliação da Instituição sobre a probabilidade e estimativa de perda.

Obtivemos e avaliamos as confirmações recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos para ações fiscais, que incluíam uma avaliação da probabilidade de perda e a estimativa do valor da perda, bem como as avaliações de probabilidade de perda e mensuração de risco recebidas dos consultores jurídicos internos para determinados processos cíveis. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pela Instituição e avaliamos a suficiência das divulgações relativas a contingências cíveis e fiscais em relação a esses assuntos.

Avaliamos também, para as ações fiscais e cíveis, a suficiência de provisão através do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão, intensificando as análises em relação ao entendimento de casos específicos que tenham divergido das médias de desembolsos históricos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes de natureza fiscal e cível, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

#### Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

As demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$ 1.503.347 mil (notas explicativas nºs 3g e 24c) cuja realização está fundamentada em estimativas de rentabilidade futura.

Essas projeções são baseadas nos planos de negócios e orçamentos preparados pela Instituição, e exigem a adoção de uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, como taxas de juros, taxas de câmbio e taxas de impostos aplicáveis, podem ter um impacto significativo nas projeções e, conseqüentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários.

Consideramos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento necessário para avaliar as projeções de lucros tributáveis futuros e as principais premissas subjacentes.

#### Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o seguinte:

Testamos o desenho e efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo da Instituição para avaliar a recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas chaves para a elaboração do orçamento e às projeções finais de lucros tributáveis pela Instituição.

#### Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

O ambiente de tecnologia da Instituição possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles automatizados e manuais nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a Instituição fornece acesso a sistemas e aplicações para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e pelos profissionais apropriados, para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Consideramos essa área como significativa para a nossa auditoria em função da elevada dependência da Instituição de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria.

#### Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar desse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo.

Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação com experiência e conhecimento no setor realizamos os seguintes procedimentos:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional, bem como controles compensatórios de certos controles de acesso chave, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos;
- Efetuamos testes, com base em amostragem, uma vez que planejamos confiar em informações específicas, sobre informações extraídas de determinados sistemas, consideradas relevantes para fins de elaboração das demonstrações contábeis;
- Nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos;
- Quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos o desenho e efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar os controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Organizaçã Instituição
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Organização. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Organização a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Organização para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Organização e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-028567/F

Gustavo Mendes Bonini  
Contador CRC 1SP-296875/O-4

